

Editorial

Elcemir Paço Cunha¹ e Ronaldo Vielmi Fortes²

A análise crítica do processo de trabalho e de suas metamorfoses é inteiramente dominada por um quadro conceitual que enfatiza certos aspectos da organização do trabalho. Como apontamos na chamada de artigos para esta edição especial, Aglietta e Braverman são os melhores representantes dessa tendência que fez época e ainda hoje segue influente nas investigações, tanto no Brasil quanto no exterior, por meio de diferentes matizes, sobretudo nas ciências sociais. Apesar de inúmeras variações até mesmo em termos de “nível analítico”, a preocupação basilar se assenta sobre o capital variável, seja na produção imediata seja deslocando a atenção para a circulação e relações salariais.

Com a atenção sobre o capital variável, a toada mais marcante - mesmo por coerência lógica -, é a consideração pelas formas de organização do trabalho. A estas formas consagraram-se delimitações nominativas que trafegam em rios de tinta, como taylorismo, fordismo e pós-fordismo (além das respectivas variantes). Quando criticamente dirigidos, procuravam indicar, por meio deste recurso, não apenas o problema do controle sobre o processo de trabalho como também caracterizar períodos históricos inteiros. Desse modo, enquanto Braverman considerou o crescente domínio do “taylorismo” nos vários setores econômicos como expressão do avanço do “capital monopolista”, incluindo os trabalhos realizados em escritório, Aglietta inaugurou a análise que enfatiza a combinação entre modo de organização do trabalho e modo de consumo para designar a prevalência de certos “regimes de acumulação”, conforme a dicção já instituída. É assim que, para o último caso, o pós-guerra pode ser apreendido como período de regime de acumulação fordista e um regime de acumulação pós-fordista caracteriza as décadas seguintes a 1970.

Em poucas linhas, é possível dizer que se mantém nas investigações certa tendência à generalização de traços caracterizadores particulares para todo o conjunto de setores nos quais, em verdade, prevalecem diferentes vias de desenvolvimento desigual das bases técnicas e das formas de organização do trabalho correspondentes. Não obstante as diversas contribuições que essa linha de análise possibilitou, particularmente em problematizar criticamente o processo de trabalho e

¹ Professor da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). *E-mail:* paco.cunha@facc.ufjf.com.

² Professor da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). *E-mail:* rvielmi@hotmail.com.

mesmo indo além dele, a tendência é passível de receber divergência em razão destes, e de outros, problemas identificados.

Sem dúvida alguma esta divergência principal forma um dos pilares das investigações que levamos ao público nesta edição especial da Verinotio. A problemática de uma generalização de traços que pertencem a setores particulares não desembocou tão somente na possibilidade de apreensão dos devidos desenvolvimentos da organização do trabalho, isto é, a adequada identificação dos setores em que, de fato, desenvolveu-se um fordismo, por exemplo. Ainda mais significativo, é o restabelecimento de categorias bem mais razoáveis do que taylorismo, fordismo e pós-fordismo para a explicitação de certas características do processo de trabalho e suas metamorfoses históricas. É o caso das categorias cooperação simples, manufatura e grande indústria estabelecidas por Marx na famosa tríade de capítulos do primeiro livro de O capital. Ao mesmo tempo em que são capítulos decisivos na análise do processo de trabalho e da própria produção do capital, eles contêm as referidas categorias que passaram ligeiramente desprestigiadas pelos analistas mais reputados. Elas não expressam apenas os pontos de inflexão radical entre modos de extração do mais-valor (princípio da divisão do trabalho na manufatura versus princípio da automação na grande indústria, sendo este o que autenticamente caracteriza o ponto mais avançado do sistema do capital), como também permitem a identificação da continuidade histórica do princípio manufatureiro muito além do século XIX, inclusive em setores que o senso comum e a própria produção acadêmica convencionaram assumir inadvertidamente como a mais avançada expressão do desenvolvimento das forças produtivas: a montagem de automóveis.

É contraintuitivo, para usar uma expressão hoje de uso corrente, determinar que pelo menos até 50 ou 60 anos atrás a montagem de automóveis pudesse ser caracterizada como uma modalidade de manufatura mesmo nas economias centrais. Situada ainda em estágio menos desenvolvido do que setores em que o sistema de máquinas já tinha se instalado historicamente, como o químico, a fabricação de automóveis tornou-se emblemática e base de extrapolações de seus traços para a universalidade dos setores. Esse procedimento é, por assim dizer, improcedente, como dissemos. Além do mais, a concentração nessa fabricação como fonte de considerações teóricas jamais foi capaz de revelá-la em estágio, na verdade, inferior de desenvolvimento do sistema de máquinas. Enquanto manufatura moderna, este processo de produção em particular representava o passado, um ponto mais regredido do conjunto do sistema. A incapacidade de se apreender essa diferença, também incapacitou o estabelecimento das relações entre setores mais avançados e

os regredidos, de forma que a riqueza do concreto calou-se na abstração irrazoável que elimina inapropriadamente as diferenças.

Não é por outro motivo que o movimento aparente se explica pelo movimento real em que a análise científica do processo capitalista de trabalho começa depois de compreendido o princípio sobre o qual se baseia. O fato empírico do fordismo aplicado à produção em massa de automóveis com amplo impacto na vida social ter surgido no século XX – e cronologicamente depois dos avanços técnicos em setores como o têxtil e o químico –, somente podia ser índice de modalidade mais avançada de organização do trabalho que o sistema pôde, então, conceber. Ocorre que os resultados da análise materialista rigorosamente científica podem ser aparentemente paradoxais à primeira vista ou contraintuitivos, para repetir a expressão corrente. Tais resultados levantam-se frente ao acúmulo da pesquisa já realizada e dominada pela tendência teórica antes aludida; criam dissonância no senso comum. Entretanto, parafraseando Marx, podemos considerar “avanço científico fazer concessões” ao senso comum? (MARX, 2013, p. 367, nota 183).

Os textos que compõem a presente edição expõem fartamente o tratamento de tais categorias e suas potências explicativas frente aos limites identificados nas análises supracitadas. Para isto também contêm críticas diretas à tendência dominante aludida em proporções variadas dada a propositura básica de cada trabalho. Os textos de Benedito Moraes Neto, Marina Kabat, Ronaldo Vielmi Fortes, Elcemir Paço Cunha, Ianina Harari, Leandro Guedes e Michel Husson formam, em conjunto, um convite à discussão da longa trajetória das investigações a respeito desses problemas nas economias centrais, além da Argentina e do Brasil.

Cada um deles desenvolve um aspecto importante das questões aludidas. No texto que abre a edição, Processo de trabalho e relevância futura da crítica ao capitalismo, Benedito Moares Neto sugere que o avanço das forças produtivas tornou a consideração sobre taylorismo/fordismo inadequada uma vez que as condições materiais superaram o próprio estágio objetivo em que tais formas de organização do trabalho tiveram lugar. Do mesmo modo, a crítica ao capitalismo precisa avançar sobre os setores mais desenvolvidos do sistema. Em La importancia de la historia para comprender el trabajo y sus transformaciones, Marina Kabat estabelece um diálogo com os textos anteriores de Benedito de Moraes Neto e com as pesquisas realizadas sobretudo na Argentina a respeito das vantagens das categorias de manufatura e grande indústria na captura das transformações do processo de trabalho. Com tais apontamentos, sugere que tanto Braverman quanto autores regulacionistas são carentes de uma reta apreensão histórica dos processos de trabalho.

O terceiro texto da edição é assinado por Ronaldo Vielmi Fortes. Em *Limites e equívocos do conceito de acumulação fordista: desenvolvimento das forças produtivas e perpetuação das formas de produção arcaicas*, o autor estabelece comentários que acentuam as dificuldades que pesam sobre as análises do processo de trabalho ao tratar de dados da produção industrial da economia americana. A saída analítica pelo “fordismo” obstruiu a possibilidade de apreensão das dinâmicas concretas de acumulação muito mais diversas do que tal conceito é capaz de expressar. O autor ainda estabelece uma avaliação crítica do desenvolvimento das pesquisas sobre o assunto no Brasil.

Elcemir Paço Cunha, em *Base técnica e organização do trabalho na manufatura e grande indústria: inflexão, desenvolvimento desigual e reciprocidades*, avança também sobre os dados da realidade econômica dos Estados Unidos e de países europeus, procurando destacar o desenvolvimento do sistema de máquinas, seu desenvolvimento heterogêneo com relação às modalidades manufatureiras ao longo do século XX. O estabelecimento de reciprocidades entre setores avançados e regredidos culminou em uma integração das modalidades técnicas e de organização do trabalho na forma da grande indústria a partir dos anos de 1970.

No quinto texto, Ianina Harari estabelece uma análise das mudanças no setor automobilístico na Argentina. Em *Un aporte al debate sobre el fordismo y la cadena de montaje: procesos de trabajo y lucha obrera en el caso automotriz desde una óptica marxista*, a autora analisa boa parte das considerações regulacionistas das mudanças do processo de trabalho a partir das pesquisas naquele setor em particular. Os dados concretos demonstram como prevalece naquele setor características da manufatura moderna, pelo menos até o final dos anos de 1970, sobretudo na etapa de montagem de carros. Já havia, no entanto, a forma da grande indústria em etapas anteriores deste mesmo setor. Assim, em um mesmo setor coexistem formas diferentes não redutíveis ao conceito de fordismo.

Leandro Theodoro Guedes, em *A crítica inflexionista das análises do fordismo brasileiro da década de 1980*, analisa criticamente o desenvolvimento das análises regulacionistas no Brasil. O autor sublinha que o foco demasiado em conceitos como fordismo impede a captura das inflexões da base técnica em certos setores que, ao invés de acentuar os traços do fordismo, na verdade indica sua superação.

Fechamos a edição especial com o sétimo artigo traduzido. Michel Husson, em *A escola dos regulacionistas - De Marx à Fundação Saint-Simon: um caminho sem volta?*, perfaz a trajetória intelectual do regulacionismo e é um texto bastante instrutivo do aguçamento de certas tendências que afastam essa escola do marxismo.

O conjunto dos materiais é instrutivo e repleto de elementos probantes para animar um debate que precisa ser colocado no exato momento em que as economias mundiais demonstram consideráveis dificuldades e, ao mesmo tempo, avança-se a tecnologia em setores de ponta, estrangulando tendências e criando condições para crescentes manifestações sociais em razão do disparo no desemprego, nas condições laborais, na desigualdade e rebaixamento de salários. Criam-se condições, igualmente, para respostas políticas das mais variadas a esse estágio do movimento do próprio capital. Compreender a dinâmica presente requer que se limpe o terreno das análises passadas. A presente edição é uma contribuição para este fim.

Além dos artigos que fazem parte do dossiê, a presente edição traz também textos que contribuem para o esclarecimento de problemas que marcam os dias que correm. O artigo intitulado *The capital of Karl Marx, marxism and the latin american intellectuals: the cases of Mexico and Colombia*, de autoria de Miguel Ángel Urrego, analisa – como o próprio título indica – a recepção da obra de Marx no México e na Colômbia, enfatizando o intenso debate que ali se desenvolveu em torno de *O capital*. O artigo é uma importante contribuição para o devido entendimento do tema na América Latina.

Henrique Segall Nascimento Campos, autor de *Sensibilidade, educação e trabalho em O Emílio* de Rousseau, se debruça sobre a contribuição do filósofo genebrino para a discussão gnosiológica que marcou o século XVIII. Para isso, analisa, sobretudo, o livro III do *Emílio*.

Já María Belén Castano no artigo que leva o título de *Sobre la herencia del derecho matriarcal en Derecho natural y dignidad humana* de Ernst Bloch y *Cassandra* de Christa Wolf traz à tona as denúncias de Ernst Bloch e Crista Wolf contra o patriarcado, aportando elementos pertinentes para o debate atual sobre o assunto.

Ainda em torno dos debates no campo marxista, o artigo *As categorias marxistas no pensamento de Preobrazhensky: notas sobre uma teoria de transição*, de autoria de Rebecca de Oliveira Freitas, discute as categorias utilizadas pelo autor em tela em sua obra *A nova econômica* com o objetivo de avaliar sua contribuição ao debate em torno do problema da transição na primeira década do regime soviético.

Um olhar possível sobre a violência simbólica é o título do artigo de autoria de Lorena Karla Costa Bezerra e Rodrigo José Fernandes de Barros, que discutem e avaliam criticamente a noção de violência simbólica proposta por Pierre Bourdieu.

Fechando a seção de artigos de fluxo contínuo, publicamos o artigo de José Paulo Netto intitulado Lukács e a problemática cultural da era stalinista. Publicado inicialmente em 1979 na *Revista Temas de Ciências Humanas*, o artigo ainda possui atualidade como bem aponta Ronaldo Vielmi Fortes em sua apresentação. Netto desvenda com clareza e habilidade teóricas a verdadeira natureza das relações de Lukács com o stalinismo.

A presente edição de *Verinotio* traz ainda a resenha de Tiago Santos Salgado sobre o livro *Como as democracias morrem*, de autoria de Steven Levitsky e Steven Ziblatel, publicado no Brasil em 2018.

Boa leitura!

Os editores

Como citar:

PAÇO CUNHA, Elcemir; FORTES, Ronaldo Vielmi. Editorial. *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, Rio das Ostras, v. 25, n. 1, pp. 5-10, abr. 2019.